

Política

CONSTITUINTE

No último dia do decreto-lei, um gordíssimo Diário Oficial, com um festival de nomeações. Mas o Congresso pode revogá-las.

Na última hora, o trem da alegria.

No último dia de reinado do decreto-lei, o clima que se vivia nos organismos governamentais em Brasília pode ser expresso pela frase: é hoje só, só, só, vai acabar. O verdadeiro festival de nomeações fez com que o Diário Oficial da União de ontem sofresse um atraso de quase oito horas e saísse com quatro vezes mais páginas do que as edições normais das últimas terças-feiras: 236 páginas repletas de decretos, muitos deles contendo irregularidades.

A campeã em novas contratações foi a Fundação Serviços de Saúde Pública, com 412 novos funcionários sendo que 30 dessas vagas foram mudadas ontem por ordem superior. O diretor da Fundação, José Nogueira Tapety, nomeou mais uma filha de parentes para fazer companhia à sua filha, Adriana Tapety, que exerce cargo de confiança na presidência do órgão no Rio, com o salário de Cz\$ 380 mil.

Fernanda Maria de Freitas Tapety, irmã de Adriana, é agora assistente administrativa. Mário Expedito de Freitas Tapety, sobrinho do presidente, foi contratado para um cargo que não existia, de economista. José Nogueira Tapety chegou a comentar com um assessor

que não sabe ainda como vai justificar a contratação do sobrinho e de outro economista para a Fundação. A família ainda foi contemplada com mais duas contratações: Conceição Maria de Freitas Tapety e Maria Cláudia de Freitas Tapety.

O superintendente da Sucam, José Carlos Fernandes Carvalho Branco, não resistiu ao ver tantas vagas e nomeou Edilson Fernandes de Carvalho Branco Sobrinho, seu filho, como um dos novos engenheiros da Fundação Serviços de Saúde Pública. Maria dos Remédios Carvalho Branco, filha de um primo e médica especializada em Aids, também foi contemplada.

Outro órgão que não fica atrás é o Ministério da Cultura, com 193 novas contratações: 69 para o Pró-leitura; 56 para a Fundação do Cinema Brasileiro (entre elas a do diretor Gustavo Dahl e o crítico José Carlos Avellar); 44 para o Pró-Memória; 15 para a Fundacen e nove para a Funarte.

No Ministério da Justiça foram criados 68 novos cargos com uma modificação de todo o organograma que, segundo o ministro Paulo Brossard vai provocar um aumento de "apenas" 0,04 no or-

camento do pessoal estabelecido para o ano — em torno de Cz\$ 147 milhões. "Esses recursos já estavam previstos, não serão gastos imediatos", justificou o ministro.

Na página 19.383 o futebol de mesa — mais conhecido como futebol de botão — foi elevado à categoria de esporte pelo Conselho Nacional de Desporto. Já um outro decreto não deve ser levado tanto na esportiva e pode provocar muita polêmica: trata-se daquele que transfere a construção, o uso e gozo da estrada de ferro Leste-Noroeste, no Paraná, da estatal Valec para a empresa Ferroeste, de Olacir de Moraes, o maior produtor de soja do mundo.

O Diário Oficial publica ainda 71 autorizações para afastamento de servidores públicos do País. O recorde nesta categoria é da Petrobrás, com 15 autorizações. Os 110 nomes de funcionários do Ministério da Educação que aparecem no D.O. de ontem representam apenas uma reclassificação, informou o diretor de recursos humanos, Tarcísio Loureiro de Araújo. Segundo ele, a publicação dos remanejamentos um dia antes da promulgação da nova Constituição "foi apenas uma coincidência".



Dona Dinorá, intocável. É protegida do general.

As últimas horas da legislação de exceção permitiram que a advogada Dinorá Ferreira, esposa de coronel e há 8 anos na direção-geral do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), concretizasse um antigo sonho: entrar para o quadro permanente do órgão que edita o Diário Oficial da União. Ontem, o D.O. publicou, na página 5.916, a portaria 140, nomeando, como funcionários, 102 "especialistas", entre eles Dinorá Ferreira, diretora-geral; o diretor de publicações, Edison Garcia, e a diretora comercial, Cristina Sganzerla, classificados como "supervisores de publicações oficiais".

— "A nomeação é legal", justifica a diretora-geral do DIN, que não assinou a portaria. Na segunda-feira foi vítima por uma providencial labirintite Aos 58

anos de idade, a advogada e professora Dinorá Ferreira tem o dom da sobrevivência. Além de gozar de boa saúde, que lhe permite dedicar-se das 9 às 19 horas, às suas funções no DIN e depois enfrentar, eventualmente, salas de aula, Dinorá, dispõe de prestígio que lhe asseguraram 9 anos no D.O.

Dinorá resiste a ministros, a novas e velhas repúblicas. Nomeada em 1979 pelo então ministro Petrônio Portella para o cargo de diretora de publicações, no ano seguinte o ministro Ibrahim Abi-Ackel guindou-a a Direção-geral do DIN. A novíssima República, com Fernando Lyra não a tirou do lugar e a Nova República, com Paulo Brossard, confirmou-a.

Mas tanto prestígio não vem de seu currículo profissional, pois sequer conhecia gráfica antes de

chegar ao DIN. Seu protetor é o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Bayma Denys, velho amigo de seu marido, coronel Valduir Ferreira. Com o apoio dele, Dinorá conviveu com ministros que tentaram, diversas vezes, catapultá-la do cargo. É presidente da Associação dos Amigos da Marinha e já foi condecorada pelas três Forças.

Com três filhos, Dinorá tentou incluir sua filha, a pedagoga Anita Ferreira, no primeiro trem da alegria que promoveu no início do ano. Não conseguiu, porque o ministro Paulo Brossard considerou a nomeação irregular. Ontem, em seu segundo trem da alegria, deixou a filha de lado e incluiu seu próprio nome. O ministro Brossard ficou calado.

No Planalto, decretos e mais decretos.



Couto: um dia cheio.

Às 19 horas de ontem, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil entrava no gabinete do presidente Sarney ainda com diferentes decretos que precisavam de sua assinatura para serem publicados no Diário Oficial da União que circula hoje, antes de ser promulgada a nova Constituição. Entre os decretos estava a transferência do Conselho Nacional de Informática — Conin para a área da Presidência da República.

Além de tirar o Conin do Ministério da Ciência e Tecnologia, o presidente Sarney ainda aprovou pequenas mudanças naquela área, assim como assinou decretos fazendo alterações nas estruturas dos ministérios do Interior, da Saúde e dos Transportes. Essas modificações precisavam ser editadas no Diário Oficial da União até hoje porque a partir da promulgação da nova Carta as mudanças de estruturas administrativas devem ser submetidas ao Congresso Nacional.

Dois DOs

Hoje o Diário Oficial da União terá duas edições: a matutina, com atos do presidente Sarney que não estariam comprometidos pela nova Carta e com os atos que depois desta data precisariam ser submetidos ao Congresso Nacional. À tarde, a publicação oficial vai sair com a íntegra da nova Constituição.

Ontem, a movimentação no Palácio do Planalto acabou mais cedo. Entretanto, no dia anterior, técnicos do Gabinete Civil, além de autoridades do Tesouro Nacional ficaram trabalhando até os primeiros 30 minutos da madrugada, revisando decretos que foram encaminhados para publicação no Diário Oficial da União nas primeiras horas de ontem. O presidente, saiu antes. Depois de receber Ralph Biasi, ministro da Ciência e Tecnologia, o último a levar propostas de mudanças de estrutura para assinar, na noite de segunda-feira, Sarney foi para a casa de Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil, que ofereceu uma festa para comemorar seus 46 anos. Lá, Sarney ouviu muito "choro", tocado pelo "Clube do Choro de Brasília" e comeu uma macarronada, com molho bolonhesa. Gostou

tanto, que se serviu três vezes.

Na noite de segunda-feira, o presidente Sarney assinou cerca de 20 decretos fazendo modificações em estruturas de ministério, concedendo emissoras de rádio e proibindo empresas estatais de realizarem conversão informal da dívida externa. O último ato encaminhado ao Diário Oficial da União foi o decreto que estabeleceu um novo regimento para a Funtevê (Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa).

No começo da noite de segunda-feira, foi intensa a movimentação de ministros no Gabinete Civil, onde os técnicos faziam a revisão final dos atos que o presidente Sarney ainda remetia ao Diário Oficial da União. João Batista de Abreu, do Planejamento, Mailson da Nóbrega, da Fazenda, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, José Reinaldo Tavares, dos Transportes, além do consultor-geral da República, Saulo Ramos, foram os ministros que permaneceram até mais tarde na sala de Ronaldo Costa Couto.

Ontem, contudo, a noite foi mais calma, porque a grande maioria dos atos já havia sido examinada até às 18h30 na subchefia-jurídica do Gabinete Civil, onde o trabalho da véspera tinha se estendido até o início da madrugada, na sala do subchefe, Luciano Benevides.

Agora, o TCU controlando nomeações.

Todas as contratações e nomeações para o serviço público federal passarão, a partir de hoje, pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU). O presidente do TCU, ministro Alberto Hoffmann, disse ontem que agora o Tribunal poderá até tornar sem efeito as nomeações que forem consideradas irregulares. Na opinião do ministro, isso vai possibilitar ao governo determinar o total de servidores existentes no País. Hoffmann acredita que as novas atribuições do TCU vão contribuir para o encurtamento da

máquina administrativa do governo. Para ele, com o controle os administradores terão receio e serão mais cautelosos. Além das nomeações, o TCU controlará todos os dados referentes aos registros e aposentadorias dos servidores. Outra atribuição do TCU é a elaboração da nova lei orgânica do Tribunal, que já está em andamento. Segundo o ministro, o anteprojeto prevê penas maiores para os administradores que forem pegos em irregularidades, desobedecendo os decretos do governo. O aumento de atribuições é considerado positivo por Hoffmann.

O Congresso pode anular tudo isso

A própria Constituição que entra em vigor hoje prevê que é da competência exclusiva do Congresso Nacional, entre outras atribuições, "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (inciso V do artigo 49). É com base nesses dispositivos que os congressistas poderão revogar todas as medidas que contrariem a nova Carta, dentre as inúmeras que o governo vem baixando desde

a semana passada, segundo o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS).

De qualquer forma, as lideranças partidárias já estão se mobilizando para examinar os atos do governo, visando sustar todas as providências de última hora, para alterar a estrutura e atribuições de determinados órgãos. O líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), deve entrar amanhã com um projeto de decreto legislativo, com esse objetivo. O líder do PT,

Luiz Inácio Lula da Silva (SP), disse que vai tentar reunir os partidos progressistas, também com esse fim.

Apesar de todas as reações, o deputado Ibsen Pinheiro disse não ver com preocupação os inúmeros decretos baixados pelo governo, pois "essas matérias são da vida interna do Poder Executivo. O governo pode fazer 90 decretos por dia e não vai haver nenhum problema, desde que não exorbitem das suas atribuições, limitadas pela nova Carta".